

EM BUSCA DA ESPECIFICIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA

Márcio Santos de Santana¹

Resumo: Este artigo analisa as concepções de história, bem como a especificidade atribuída à disciplina, por três autores em particular: Robin G. Collingwood, Oswald Spengler e Arnold Toynbee. Uma preocupação é comum a eles: delimitar o campo da história e, por extensão, do historiador, frente às ciências da natureza.

Palavras-chave: teoria da história, história, filosofia, ciências humanas.

Abstract: This article analyzes the conceptions of history, as well as the specificity attributed to discipline, for three authors in particular: Robin G. Collingwood, Oswald Spengler and Arnold Toynbee. Both have in common the concern of delimiting the realm of history and of the historian, within sciences of the nature.

Key-words: theory of History, history, philosophy, human sciences.

A evolução da pesquisa histórica e a consolidação de um campo profissionalizado de atuação tornaram necessários a análise e a reflexão do trabalho dos historiadores, do produto dele derivado e, em última análise, da existência ou não de legitimidade científica no mesmo. Essa tríade justifica a existência da metodologia, da história da historiografia e da teoria da história.

A teoria da história é uma das áreas de maior dificuldade de definição, estando associada à epistemologia. Nesse sentido, a teoria da história implica em “analisar o que sempre foi a base do pensamento histórico em sua versão científica e que, sem a explicitação e a explicação por ela oferecidas, nunca passaria de pressupostos e de fundamentos implícitos” (RÜSEN, 2001, p. 14). Isso conduz à análise de aspectos tão variados quanto a validade ou não dos procedimentos explicativos usados pelo historiador ou mesmo ao exame minucioso de uma teoria de história complexa como o positivismo ou o marxismo.

A história, desde que se tornou autônoma frente à filosofia e

¹ Doutorando em História Econômica na USP, onde prepara tese sobre o confronto entre o liberalismo, o comunismo e o conservadorismo pela elaboração e consolidação de um projeto para a juventude brasileira, sendo orientado pela prof^a Dr^a Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura. E-mail: marcio-sant@hotmail.com

à literatura em meados do século XIX, tem encontrado dificuldades em se relacionar com as teorias, verdadeiro “calcanhar-de-aquiles” durante muito tempo. Aliás, quando a sociologia surgiu no meio acadêmico europeu, buscando conquistar o seu espaço, atacou exatamente esse aspecto. Durkheim, principal representante da sociologia, bradou que “a história só pode ser considerada uma ciência desde que se eleve acima do individual — e é verdade que, então, deixa de ser ela mesma para tornar-se um ramo da sociologia” (SILVA, 2005, p. 128). Os historiadores têm adotado uma postura pró-ativa frente às críticas corrosivas como essa. Sempre que a história esteve na berlinda, sob ataques variados, um mecanismo defensivo se repetiu: as críticas foram processadas e o instrumental teórico e metodológico dos adversários incorporados após estudo sistemático.

O objetivo deste trabalho é contar uma pequena parte dessa história. Para tanto, analisaremos três diferentes concepções de história relacionadas ao processo de estabelecimento de um estatuto de cientificidade para a disciplina, desvinculado das ciências naturais. A construção dos argumentos usados para estabelecimento de um campo de atuação específico do historiador terá ênfase no decorrer da análise. Os autores e as obras elencadas são: *A decadência do Ocidente*, de Oswald Spengler; *Um estudo da história*, de Arnold Toynbee e *A idéia de história* de R. G. Collingwood.

Esses autores pertencem a três diferentes concepções de filosofia da História, conforme explica Jaguaribe (2001, p. 39). Em uma primeira vertente encontra-se Spengler, por buscar estudar as “condições a que está sujeito o processo histórico”. Toynbee representa uma segunda vertente, na medida em que busca encontrar um “sentido e propósito no processo histórico”. Collingwood, por sua vez, procura investigar as “condições em que a indagação histórica é possível [ou seja, tentaria responder] de que forma os historiadores adquirem conhecimento sobre o passado”. A pluralidade de concepções filosóficas permite um exame menos limitado sobre as reflexões relativas às concepções de história. Apesar das diferenças entre si, esses autores compartilham de uma preocupação em comum: singularizar a história no campo humanístico, em oposição às ciências exatas, para usar terminologia contemporânea.

A trajetória biográfica e o enquadramento institucional dos autores são variados. Oswald Spengler estudou matemática e ciências

naturais nas universidades de Munique, Berlim e Halle. Exerceu atividades docentes até 1911. A partir desse ano dedicou-se à redação de *A decadência do Ocidente*. Em 1914 já havia preparado um rascunho do livro, publicando o primeiro volume em 1917 e o segundo em 1922. A partir daí dedicou-se às atividades políticas, atuando especialmente na redação de material propagandístico onde “advogava uma forma um tanto deprimente de fascismo burocrático” (GARDINER, 1995, p. 228). Arnold Toynbee, por sua vez, estudou no Balliol College de Oxford, onde exerceu atividades profissionais como Fellow e Tutor entre 1912 e 1915. Foi membro da delegação britânica do Oriente Médio em 1919 até 1924. De 1925 até a sua aposentadoria dirigiu o Instituto Real de Negócios Internacionais e foi Professor de Pesquisas de História Internacional em Londres. Seu *Um estudo da história* foi publicado entre 1934 e 1954, num total de 10 volumes. Por fim R. G. Collingwood. Este viveu quase toda a sua trajetória profissional em Oxford. Foi Fellow do Pembroke College e em 1935 Wayflete Professor em Filosofia Metafísica. Segundo consta, não se identificava com o clima filosófico dominante naquele momento. A oposição básica entre Collingwood e esses intelectuais era a ênfase dada por ele na necessidade de se investigar filosoficamente os princípios e conceitos usados pelos historiadores, na medida em que os estudos históricos haviam-se desenvolvido muito. Esse é um dos objetivos almejados na obra ora analisada, que foi publicada postumamente em 1946 (GARDINER, 1995, p. 244; p. 302-303).

Spengler: a história como análise indiciária

O livro do pensador alemão Oswald Spengler é profundamente marcado pela Primeira Guerra Mundial. A visão pessimista trazida a público era fruto das marcas deixadas pelos conflitos bélicos geradores de grande massacre humano. A tese da obra é a de que as civilizações e culturas estavam fadadas ao desaparecimento, haja vista o inexorável ciclo natural cumprido pelas mesmas: ascensão, apogeu e declínio.

A decadência do Ocidente seria uma obra seminal, conforme enquadramento dado por seu autor, pois se dedica “pela primeira vez a tarefa de predizer a História [...]. Trata-se de visionar o destino de uma cultura”. A teorização é alicerçada nas idéias de Goethe, definido

como autor do “único método histórico”, caracterizado pela utilização da sensibilidade e da observação de indícios variados, por mais inexpressivos que possam parecer. Portanto, nessa perspectiva, as “simpatias, intuições, confrontos, imediatas certezas íntimas, precisas imaginações sensuais”, entre outros aspectos, devem ser observados (SPENGLER, 1964, p. 23 e 43).

A elaboração de uma nova filosofia com preocupações referentes ao futuro era uma necessidade premente. Tal empreendimento se configura como “uma morfologia da História Universal”. Morfológica na medida em que o analista é obrigado a “reconhecer na linguagem das formas históricas e na análise das mesmas a sua incumbência mais difícil e mais direta”. Para realizar tal desafio é necessário um reagrupamento das formas simbólicas, deslocando o eixo analítico, de modo a enfatizar o processo de produção das formas e não somente as formas em si. História Universal, por sua vez, nomeia “uma concepção ordenada do passado, um postulado íntimo, uma expressão de um senso formal”, mas que não recebia uma abordagem correta. Todas as concepções de mundo podem ser consideradas um tipo de morfologia (SPENGLER, 1964, p. 25 e 35).

A investigação e a determinação de uma lógica na história, de caráter metafísico e, por conseguinte autônomo das “manifestações de superfície”, é um dos objetivos da obra. A busca, nesse sentido, é por um paradigma que explique o desenvolvimento da história humana. São considerados símbolos da história visível, passíveis de interpretação, “povos, idiomas e épocas, batalhas e idéias, Estados e deuses, artes e obras, ciências, direito, organismos econômicos e concepções de mundo, grandes homens e grandes acontecimentos” (SPENGLER, 1964, p. 24).

O conhecimento histórico possui uma especificidade inegável frente às ciências naturais, o que particulariza seu empreendimento, de modo que a “tarefa assume então a forma de uma morfologia da História Universal, do Universo como História, em oposição à morfologia da Natureza”. O estudioso da história, ao contrário do cientista, não pode se ater somente à demonstração dos nexos de causa e efeito, pois corre o risco de não atingir níveis de análise mais sofisticados. Portanto, a particularidade de cada campo é explicitada através de um aparato conceitual próprio. Assim sendo,

a morfologia do mecânico e do extenso, a ciência que descobre e ordena as leis naturais e os nexos causais, chama-se sistema. A morfologia do orgânico, da história e da vida, de tudo quanto estiver dotado de direção e destino chama-se fisionomia (SPENGLER, 1964, p. 25 e 94).

O tradicional esquema de periodizar a história em Antiguidade, Idade Média e Época Moderna é um absurdo reducionista, na medida em que toma a Europa Ocidental como o centro dinâmico do mundo, produtor das prerrogativas usadas para a análise das demais partes do globo. A proposta de História Universal é condicionada à necessidade de substituição desse paradigma. O termo Europa, nesse modelo, deve ser eliminado em razão de sua incapacidade de definição, evitando o enquadramento de realidades tão distintas sob um mesmo epíteto. Dessa maneira, as reflexões relativas à regionalização devem ser feitas em termos de Oriente e Ocidente.

Tanto a Natureza quanto a História são, em última análise, dois tipos extremos de concepções do Universo. Portanto, há o conhecimento referente à natureza e o conhecimento referente ao homem, objeto da história. O Universo possui como elementos básicos, a lei e a forma. A Natureza é conceituada como sendo tudo aquilo que é intemporal e disponível para o homem no Universo. Assim sendo, a Natureza é conceituada como o conjunto de objetos físicos. As ciências naturais estão alicerçadas nos conceitos de mensurabilidade e uniformidade causais, que devem ser aplicados pelos cientistas da natureza única e exclusivamente no mundo natural, que possui uma estrutura física estabilizada. Esta, aliás, é o principal diferenciador da história com relação a outros campos de conhecimento.

Toynbee: a história como análise do todo social

Um estudo da história tem como objeto de estudo as civilizações, seguindo os caminhos abertos por Spengler. A análise histórica observa o conjunto – as civilizações – e, posteriormente, verifica as partes do mesmo – as nações. Toynbee (1986) não aceita a tese do pensador alemão na íntegra, pois entende que um ciclo de renovação incide sobre as civilizações, não havendo determinismo com relação ao seu término. Tal superação dependia das respostas apresentadas para os desafios da natureza.

O balanço sobre a atividade do historiador enfatiza as forças atuantes sobre a análise do profissional. A primeira seria o “sistema industrial”, para usar o termo do autor, referência à cultura monográfica especializada que se tornou hegemônica ao longo do século XX. Esta possui dois aspectos constitutivos, sendo, de um lado, a divisão do trabalho e, de outro, a aplicação do moderno pensamento científico.

O sistema de trabalho acadêmico visa manter a capacidade produtiva ao máximo, por meio da administração sistemática e coordenada do trabalho humano, obtendo a maior produtividade possível de material bibliográfico. Em meados do século XX a previsão era que esse modelo fosse disseminado pelo mundo Ocidental. O grande questionamento era se o estudioso poderia se concentrar no estudo sistemático ou se perderia em atividades de caráter burocrático desvinculadas da investigação científica.

As diferenças entre ciências humanas e físicas (naturais, como se dizia na época) são bem marcadas. Para tanto, um exemplo é invocado. Toynbee relata a trajetória de um professor de Ciência, que costumava visitar quando criança. Inicialmente a biblioteca do professor era tomada por uma boa variedade de livros de literatura, ciências em geral, além daqueles inerentes à sua área de atuação. Com o passar dos anos, porém, esses livros foram sendo substituídos por diversos periódicos especializados. Destarte, se para os cientistas essa configuração do campo de trabalho poderia até ser tolerada, devido a uma afinidade natural entre as partes, para os membros das ciências humanas não seria a ideal, mesmo porque

o pensamento histórico situa-se entre esses campos forâneos, em que o prestígio de nosso sistema industrial se afirmou; e dessa forma – num campo mental que teve uma história muito mais longa do que a nossa sociedade ocidental, e que não se preocupa não com coisa, mas com pessoas – não existe nenhuma garantia de que o moderno sistema industrial do Ocidente seja o melhor regime sob o qual se possa viver e trabalhar (TOYNBEE, 1986, p. 30).

A configuração exposta tem origem antiga, agravando o quadro. Desde os tempos de Mommsen e de Ranke - célebres membros da “escola metódica” - os historiadores empregar-se-iam mais em recolher “matérias-primas” e reuni-las em compêndios coletivos do que propriamente em dedicar-se a estudos sistemáticos.

Quais as outras forças que interferem na análise dos historiadores? O espírito de nacionalidade, definido como “o espírito que faz com que as pessoas sintam, ajam e pensem sobre determinada parte de uma sociedade como se esta fosse o todo social”, é um deles (TOYNBEE, 1986, p. 35). Em outras palavras, trata-se da força política exercida por governos, partidos e/ou movimentos políticos, instituições, ideologias e/ou doutrinas na consciência do pesquisador. Outro fator relevante para compreensão das amarras que podem prender os historiadores são os arquivos públicos dos governos, nos quais o profissional da História encontra suas fontes. Esses locais foram concebidos para garantir algum controle do Estado sobre a memória e, por extensão, sobre a história.

O pensamento histórico de Toynbee (1986) é condicionado pelo pressuposto de que todo estudo, independentemente do tipo, é determinado pelas limitações do pensamento humano,² na medida em que é impossível a não realização de violências contra o real ao se tentar captá-lo. Esse entendimento sobre a capacidade da mente humana de analisar a realidade conduz a uma linha de raciocínio concernente à especificidade da história diante das outras “escolas de estudiosos dos assuntos humanos” e, conseqüentemente, ao modo como isso aparece no trabalho do historiador. Independentemente da definição de história, sempre é preciso “ter a meta de preservar a complexidade dos eventos individuais ‘desde que também os reúna num quadro em que haja uma certa coerência de significado’”. É preciso ainda que “nenhuma descrição de qualquer objeto ou evento isolado possa dispensar predicados ou traços abstratos que se repitam” (TOYNBEE, 1986, p. 508). Além da sensibilidade para captar todas as recomendações ditas é preciso que o historiador esteja dotado de instrumentos de reflexões capazes de captar ao mesmo tempo a mudança, a novidade e a criação e empreender uma análise e classificação dos pontos que apresentem semelhança.

² A realidade é a unidade não diferenciada da experiência mística. A mente cria ou copia uma imagem que a realidade faz de si própria, trabalhando por fragmentação e classificação dos fragmentos em grupos específicos, ordenados segundo um determinado critério. Assim, podemos categorizar, por exemplo, tal ou qual ação humana como boa ou má. Porém, no decorrer do processo, a mente humana capta apenas “facetas de fenômenos”, sendo por isso possível reclassificar um objeto inúmeras vezes. Dessa maneira sempre restará um ponto sobre o qual a mente não será capaz de atuar.

A interpretação histórica somente é possível se tivermos como pressuposto que toda a realidade possui um significado e que é possível ao historiador alcançá-lo pelo processo de explicação. Assim é, por exemplo, a crença na relação de causalidade, pois, nesse caso, a explicação pressupõe a conexão entre elementos numa ordem encadeada que seja inteligível à mente humana. O historiador lança mão de conceitos e de hipóteses exatamente por acreditar na capacidade e na possibilidade de se explicar algo. As hipóteses são formuladas e, através delas, os fatos, entendidos como construtos, são selecionados. Dessa maneira, o que se entende por objetividade histórica está limitado pelo padrão de significado adotado pelo historiador. Nesse sentido, a objetividade, sob o impacto relativista, deve ser observada “na relação entre o fato e a interpretação, entre o passado, presente e futuro” (TOYNBEE, 1986, p. 509).

Collingwood: a história como reconstituição no espírito

A história possui métodos singulares que são ideais para a investigação de fenômenos referentes ao “espírito humano”. Tal é a tese defendida por Collingwood (1986). Os filósofos materialistas do século XVII inviabilizaram seu projeto de uma “ciência da natureza humana” em virtude da analogia, por eles feita, com as ciências da natureza, negando a especificidade da disciplina.

O primeiro passo a ser dado é a delimitação de fronteiras do conhecimento histórico frente ao conhecimento científico, pois cada área é dotada de problemas, métodos e finalidades específicos. De outra maneira, tentar inserir todo e qualquer problema do conhecimento em um único campo, implica em excluir a possibilidade de identidade para qualquer um deles. Além disso, a ausência de delimitações relativas às atribuições de cada campo de trabalho pode conduzir a resultados pífios ou estéreis.

A história é um “conhecimento do espírito”, haja vista o historiador somente se preocupar com um determinado episódio quando o mesmo possibilitar o acesso a algo mais complexo. Um exemplo: não tem sentido o historiador elaborar um estudo a respeito da gripe contraída pelo rei em um dia qualquer do passado, sendo tal tipo de ocorrência irrelevante para a pesquisa histórica por não possuir qualquer relevância social.

Um aparato operacional foi elaborado por Collingwood para lidar com essa questão. O estudioso difere duas dimensões na análise do acontecimento histórico, sendo uma *exterior* e a outra *interior*. A narrativa exclusivamente factual dos episódios é a dimensão exterior do acontecimento, ao passo que a dimensão interior é revelada quando o estudioso alcança a significação mais íntima do acontecimento que seja indicativo do pensamento existente naquele momento. Episódios que só apresentem parte externa são chamados *eventos* e, portanto, não devem ser alvo de pesquisa histórica. O trabalho do historiador poderá começar pela percepção do acontecimento – o indício –, mas não poderá ficar apenas nisso, pois

o seu objeto, portanto, não é um mero objeto, algo que está fora do espírito que o conhece é uma ação do pensamento, que só pode ser conhecido na medida em que o espírito conhecedor a reconstitua e a conheça simultaneamente (COLLINGWOOD, 1986, p. 333).

Dizer que o rei ficou gripado no dia 25 de janeiro de 1850 é apenas demonstração da externalidade de um acontecimento, não servindo como tema de pesquisa para o historiador, a não ser que se consiga provar que, na ocasião, o rei se viu forçado a aprovar uma lei contrária aos seus interesses e, através da desculpa de estar doente, tenha conseguido ganhar tempo para fazer alguma manobra política para tentar reverter o quadro. Assim, o acontecimento foi apresentado com a sua parte externa e a sua parte interna, ou seja, foi apresentado um fato e foi exposta a sua relevância, na medida em que se expressou o pensamento que estava por trás dele, que no caso, é a discordância do rei quanto à aprovação da lei.

O estudo da história demanda um conhecimento do espírito em um duplo sentido. Significa, de um lado, o entendimento do espírito de todos os atores sociais objetos da pesquisa. De outro, do espírito do próprio investigador. Digamos que o historiador queira entender o pensamento político de Adolf Hitler e, para isso, além de outras obras, obrigatoriamente terá que ler *Minha Luta* (Mein Kampf). No decorrer da análise deverá processar no seu espírito as idéias ali contidas, enfrentando o duplo trabalho de entender os pontos de vistas que expliquem as decisões do Führer, ao mesmo tempo em que enfrentará o impacto daquelas idéias em seu espírito, seja de re-

pugnância ou admiração. Para sintetizar a reflexão, vejamos um caso concreto: o historiador que classifica a Idade Média como “época de trevas”, assim o faz por incapacidade de apreender e reprocessar, no próprio espírito, os pensamentos fundamentais da época. Em suma, “é o próprio historiador que comparece no tribunal, revelando aí o seu espírito, na sua força e na sua fraqueza, nas suas virtudes e nos seus vícios” (COLLINGWOOD, 1986, p. 334).

A singularidade da história frente às ciências naturais é determinada pela dupla dimensão do acontecimento histórico. É impraticável para os cientistas a realização de tal separação, uma vez que a natureza não apresenta pensamentos passíveis de captação. Nesse sentido, as ciências naturais estudam eventos, ou seja, fenômenos dotados apenas daquilo que a teoria collingwoodiana designa por parte externa. Assim sendo, o cientista está liberado do trabalho de análise que é exclusivo do historiador, ou seja, sendo sua incumbência relacionar os eventos visando o estabelecimento de alguma lei natural ou fórmula geral.

O cientista tem a natureza como seu objeto de estudo, do qual recortará o(s) fenômeno(s) a ser(em) analisado(s), com vistas à sistematização de informação. Os fenômenos, no pensamento de Collingwood, são definidos como ocorrências perceptíveis pela observação humana guiada por um método.

As singularidades de cada campo de atuação são incontáveis diante da exposição precedente. Nesse sentido, é improdutivo pensar em termos de hierarquização de complexidades. Senão vejamos. Se for correto dizer que o cientista é isento da procura pelos pensamentos acoplados aos fenômenos estudados, não será menos correto afirmar que o historiador é isento da determinação de leis explicativas. Em termos simples, cada segmento possui os seus cânones que lhes fornecem especificidade. Sendo assim, ao se referir à causa, o cientista quer dizer em qual condição tal evento ocorreu, ao passo que quando um historiador pergunta “porque motivo é que Bruto apunhalou César?”, quer diz com isso “o que é que Bruto pensou, para se decidir a apunhalar César?” A causa do acontecimento, para ele, representa o pensamento desenrolado no espírito da pessoa que praticou a ação (COLLINGWOOD, 1986, p. 328).

Resta a Collingwood explicitar a sua diferenciação das ações humanas históricas com as não-históricas, uma vez concluída a diferenciação dos assuntos que são de competência da história daqueles

que não o são. Destarte, se a conduta do indivíduo foi guiada tão e somente por instintos, não será objeto da história, mas se a conduta praticada pelo indivíduo tiver sofrido influência de alguma convenção social, religiosa ou moral em vigor na época, esta conduta será objeto da história.

Um inventário das diferenças

Uma crise no paradigma clássico de legitimidade científica teve início nas primeiras décadas do século XX. As teorias que fundamentavam as diversas ciências foram contestadas e sofreram profundas reformulações. O ponto nevrálgico residia na formulação de leis, tal como buscadas pelas ciências até então. Em síntese, na explicação de Wehling (1992, p. 147), a crise “consistiu fundamentalmente no questionamento mais ou menos extenso das categorias e extrapolações elaboradas a partir da física newtoniana e da arquitetura filosófica do idealismo”. Os autores analisados neste trabalho, malgrado a diversidade de posições teórico-metodológicas, são representantes das reações à crise anteriormente referenciada. Senão vejamos.

A concepção collingwoodiana contrapõe-se à dos positivistas, sobretudo em razão da premissa relativa à determinação de leis explicativas dos fenômenos da natureza. A missão da história deveria ser a captação dos pensamentos. Segundo essa visão, *Um estudo da história* “representa uma nova exposição da concepção positivista” e *A decadência do Ocidente* seria uma “reincidência de Oswald Spengler no naturalismo positivista”. O positivismo é entendido “não só [como] um erro endêmico do pensamento filosófico moderno acerca da história, mas também um perigo constante para o próprio pensamento histórico” (1986, p. 250; p. 280; p. 346-347).

O positivismo subordinava a filosofia às ciências da natureza, por meio de dois expedientes: (a) o estabelecimento dos fatos e (b) a demonstração das leis que os determinam. Teria ocorrido, no entanto, uma euforia entre os historiadores positivistas na execução da primeira etapa da proposta. A consequência prática de tal concentração foi que “o ideal de história universal foi posto de lado como um sonho vão e o ideal de literatura histórica transformou-se em monografia” (COLLINGWOOD, 1986, p. 204).

O projeto comteano pretendia fazer da sociologia uma ciên-

cia corretora dos rumos trilhados pela história, trabalhando “cientificamente” os mesmos fatos que a história abordava apenas empiricamente. O principal ponto de discordância de Collingwood (1986, p. 205) para com os positivistas é que para estes “o processo histórico era idêntico – na espécie – ao processo natural. Por tal motivo, os métodos das ciências da natureza eram aplicáveis à interpretação da história”. Assim sendo, Collingwood entende que a história é uma ciência de um tipo muito específico, na medida em que não busca a determinação de leis para conectar os acontecimentos estudados.

A concepção spengleriana elabora uma divisão na história. De um lado a configura como uma “ciência preliminar da investigação histórica”, ocupada da coordenação e do exame do material com vistas à elaboração de compilações. De outro, em uma configuração intelectualmente mais elaborada, a história é entendida como uma “visão autenticamente histórica” e, nesse caso, se preocuparia em determinar os critérios de superficialidade e profundidade da reflexão.

A conclusão é que não existe ciência histórica, ao contrário do que pretendia a historiografia racionalista e a sociologia, cabendo à história a interpretação filosófica dos fatos analisados em seu conjunto. A negativa é fruto da incapacidade do autor de superar uma definição limitada de ciência, por ele ainda concebida nos moldes das ciências naturais. Em decorrência, o autor alerta que não se deve “imaginar que ela [a história] se pode interpretar em termos de fórmulas quantitativas, ou arquitetar como um sistema quase mecânico”, no sentido de elaboração de leis ou padrões repetitivos de fenômenos ou tendências de desenvolvimento social (SPENGLER, 1964, p. 229).

Toynbee, por seu turno, concebe a História como “a estruturação de questões por um determinado ser humano, num contexto específico de espaço-tempo”. Para tanto, o historiador formula perguntas e hipóteses mediante provas documentais. Em tal concepção, o fato histórico é determinado pela análise do historiador, sendo, portanto, um construto (1986, p. 509). Quanto ao conhecimento histórico, entende ser de tipo específico, mas que sofre determinações e influências dos demais campos. Aliás, é necessário ter em mente que a concepção de história apresentada por Toynbee sofreu influência das transformações ocorridas no Pós-Segunda Guerra Mundial no meio intelectual e, por isso, aparece a noção de campo de trabalho, denominação típica desse período. Nesse sentido, a argumentação sobre as

diferenças entre a história e as ciências naturais, apesar da brevidade, revela, muito bem, as paragens de cada segmento: a história trabalha com pessoas, enquanto que os cientistas naturais trabalham com fenômenos físicos ou objetos inanimados.

Referências Bibliográficas

COLLINGWOOD, Robin G.. *A idéia de história*. Lisboa: Presença, 1986.

GARDINER, Patrick (Org.). *Teorias da história*. Lisboa: Gulbenkian, 1984.

JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

RUSSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história*. Brasília: EdUnB, 2001.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e ciências sociais: zonas de fronteira. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 127-166, 2005.

TOYNBEE, Arnold. *Um Estudo da história*. São Paulo: Martins Fontes, Brasília: EdUnB, 1986.

WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 147-169, 1992.

Artigo recebido em agosto 2007 e aceito para publicação em dezembro 2007.

